

## Teoria pós-colonial, decolonialidade e a escrita da História: aproximações epistemológicas e demandas políticas subalternas em emergência

Kelvin Oliveira do Prado,<sup>1</sup> UESB

### Resumo

A historiografia tem lidado com os múltiplos discursos que requerem inclusão e abrangência nas experiências antes silenciadas por narrativas ditas “oficiais”, em que novas propostas não universalistas apregoam outros olhares. Por isso, este trabalho objetiva pensar a escrita da História tendo em vista algumas proposições emergentes que adentram no campo, como no âmbito da teoria pós-colonial e das insurgências decoloniais. Outrossim, como reflexões de abrangência relativamente recentes, tais contribuições possibilitam evitar o olhar eurocentrado e totalizante na aprendizagem, no ensino e na escrita. Portanto, defende-se uma ótica que tenha em mente múltiplas experiências frente ao saber e ao fazer histórico alinhado às perspectivas que por muito tempo forjaram sujeitos ao espaço da subalternidade. Assim sendo, as novas bases teórico-conceituais possibilitam olhares descentralizadores nas narrativas históricas.

**Palavras-chave:** Historiografia; Desobediência Epistêmica; Decolonização; Subalternidade.

### Abstract

Historiography is dealing with multiple discourses which require the inclusion of experiences previously silenced by the “official” narratives, in which new non-universalist proposals proclaim other perspectives. For this reason, this research aims to think about the writing of History in view of some emerging propositions entering in the field, such as the studies of post-colonial theory and decolonial thinking. Furthermore, being a relatively recent undertaking, such contributions make it possible to avoid the totalizing Eurocentric view in learning and writing. Therefore, we advocate a treatment which takes into account multiple perspectives when it comes to knowledge and the historical knowledge aligned with the perspectives that for a long-time forged individuals to the space of subalternity. In this way, the new theoretical-conceptual bases enable the decentralization of views in the historical narratives.

**Keywords:** Historiography; Epistemic Disobedience; Decoloniality; Subalternity.

### Inquietações do presente

Dadas as reflexões epistemológicas que movem a produção de conhecimento, surgem debates sobre as relações que podem e que até mesmo “devem” ser estabelecidas entre o campo historiográfico e as discussões advindas do pensamento decolonial e da teoria pós-colonial, sinalizando, de antemão, que ambos não são sinônimos, mas não precisam se excluir na reflexão, sendo importante pensar no que pode levar a esse contato no âmbito da História.

Desse modo, a história, tanto no Brasil quanto no contexto em que se delineou a formação sociocultural da América, é importante. Ou seja, desde o processo de colonização ao modo como a colonialidade se perpetua no período pós-colonial, em que o poder passa de uma

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Pesquisador e membro do LAPEH-UESB (Laboratório de Pesquisa em Ensino de História), grupo de pesquisas no campo educacional. E-mail: kelvinprado17@gmail.com

elite para a outra. Afinal, essa colonialidade do poder – termo cunhado por Aníbal Quijano – permite classificações sociais de dominação em diversos segmentos, no âmbito político, econômico, epistêmico, da subjetividade, etc. (WALSH, 2006; QUIJANO, 2007; BALLESTRIN, 2013), demonstra-se que não há uma ruptura transgressora, dado que após a independência as influências coloniais continuam nas mentalidades, ações e formas de encarar o mundo.

O colonialismo é um processo histórico e temporal que é possível registrar, enquanto que a colonialidade vai além disso, no qual é possível refletir pensando na instalação de tal processo histórico na vida social, em como os sujeitos colonizados (e os colonizadores) pensam e caracterizam o mundo que os cerca, em uma espécie de lente, é aquilo que conformou o indivíduo na percepção de si e do “outro”.

Através da análise de alguns conceitos serão feitas reflexões tendo em vista possíveis perspectivas no que se refere ao processo de contribuições no campo da escrita e da abordagem da História. Nessa esfera, intenta-se notar como os argumentos de pensadores “pós e decoloniais” proporcionam maneiras “particulares” de encarar a história em processos e contextos insurgentes e emergentes. Assim, pensando na conjuntura da América Latina, África e Ásia, surgem argumentações que permitem pensar suas relações e impactos operacionalizados no âmbito histórico.

### **Pós-colonial e decolonial: algumas diferenciações**

Nos Estudos Culturais, na Crítica Literária, nas Ciências Sociais e em outros segmentos é possível notar influências de autores como Edward Said, Franz Fanon, Aimé Césaire, Stuart Hall, Homi Bhabha, da autora Gayatri Spivak, entre outros, os quais têm origens que permitem visões que levantem proposições distintas, se comparadas ao olhar europeu. Ou seja, possuem experiências nas quais os sujeitos passam em suas subjetividades, como o fato de estarem ou virem de países que foram dominados tanto do ponto de vista do colonialismo americano quanto do neocolonialismo afro-asiático.

Nesse aspecto, a teoria pós-colonial é produzida por pensadores diaspóricos das ex-colônias inglesas, o pensamento decolonial é ligado aos intelectuais da América, enquanto que os Estudos Subalternos são desenvolvidos na Índia por historiadores que constroem uma historiografia divergente, tais “correntes” têm suas singularidades, bem como possíveis diálogos teóricos.

As teorias da descolonização têm se apresentado como um novo paradigma de estudos e de crítica aos estudos pós-coloniais (BERNARDINO-COSTA, 2007), pois ainda seriam

colhidos resquícios do colonialismo. Portanto, seria enganoso falar em “pós”, dada a referida colonialidade perpetuada. O processo decolonial é, como é notado, diferente do pós-colonial, porque a teoria pós-colonial está entre “[...] entre la teoría crítica europea (Foucault, Lacan, Derrida) sobre cuyo pensamiento se construyó la teoría postcolonial y/o los estudios postcoloniales y las experiencias de la elite intelectual en las ex-colonias inglesas de Asia y África del Norte”. (WALSH, 2006, p. 83).<sup>2</sup> A crítica pós-estruturalista à racionalidade moderna influenciou, portanto, vários dos pensadores tidos como pós-coloniais.

Por outro lado, o pensamento decolonial emergiu desde o surgimento da modernidade/colonialidade, como sua contrapartida, sendo diferente do que é chamado de pós-colonial, porque a genealogia decolonial seria planetária e não se limitaria aos indivíduos, sendo incorporada, por exemplo, aos movimentos sociais amplos (WALSH, 2006, p. 102). Assim, pensa-se na materialidade de outros lugares, memórias, corpos e performances, daquilo que foi negado na retórica da modernidade. Portanto, o pensamento decolonial anuncia o fechamento da ideia hegemônica e eurocentrada da modernidade.

Quanto ao Grupo de Estudos Subalternos (no caso indiano) em seu projeto de escrever, a partir do sul da Ásia, os passados dos grupos subalternizados indianos, nota-se que:

“[...] Much of its early work, stimulated by the subaltern studies collective, focused on South Asia, but as a paradigm it soon began to be applied to other places, such as Latin America and Africa. [...] postcolonial scholars have not proposed any grand narratives of the history of the entire world. On the contrary, many are cautious to avoid sweeping generalizations and master narratives that culminate in the modern West, wary of a rhetoric of the “global” that they read as an imperialist discourse of domination [...] (CONRAD, 2016, p. 53).<sup>3</sup>

A teoria pós-colonial tem parte de seu trabalho concentrado em questões de discurso e representação, suas análises, às vezes, foram guiadas por uma imagem “idealizada” do passado pré-colonial e “pré-moderno”. Historiadores e membros de tais coletivos, como do *Subaltern Studies*, tentam desalinhar tais rotulações de “nativismo”, “nacionalismo” ou mesmo de

<sup>2</sup> “[...] a teoria crítica europeia (Foucault, Lacan, Derrida, etc.) sobre cujo pensamento se construiu a teoria/estudiosos pós-coloniais e as experiências da elite intelectual nas ex-colônias inglesas da Ásia e África do Norte” (tradução nossa).

<sup>3</sup> “grande parte de seus primeiros trabalhos, estimulados pelo coletivo de estudos subalternos, se concentraram no sul da Ásia, mas, como paradigma, logo começaram a ser aplicados a outros lugares, como a América Latina e África [...] estudiosos pós-coloniais não propuseram grandes narrativas da história mundial. Pelo contrário, muitos são cautelosos em evitar generalizações abrangentes e narrativas mestras que culminam no Ocidente moderno, desconfiadas de uma retórica do “global” que enxergam como um discurso imperialista de dominação. Nesta visão, o que é chamado de “global” é essencialmente um produto do colonialismo” (tradução nossa).

“nostalgia”, como ressalta o historiador indiano e membro do *Subaltern Studies*, Dipesh Chakrabarty (2000, p. 27).

[...] various forms of colonial rule, which range from extractive empires of the early modern era to complex structures of informal empire-building in the present day. Applying a homogenized concept of colonialism risks levelling the spatial and temporal specificity of different forms of rule, societal differences, and varieties of cultural dynamics [...] (CONRAD, 2016, p. 56).<sup>4</sup>

Nesse horizonte, estudiosos pós-coloniais têm falado das diferentes geografias do colonialismo, os latino-americanos viveram um colonialismo do ponto de vista imperialista ibérico que triunfou na Renascença e declinou politicamente no Iluminismo europeu. Em vista disso, são múltiplos os colonialismos, do neocolonialismo europeu do século XIX em África e Ásia até o surgimento da descolonização afro-asiática posteriormente, os quais permitem experiências múltiplas, isto é, colonialismos e colonialidades específicas no espaço e no tempo. Por isso, o problema de ir além das histórias eurocêntricas continua sendo compartilhado entre essas fronteiras. Não obstante, na crítica pós-colonial,<sup>5</sup> Homi Bhabha evidencia e testemunha que as:

forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno. As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma “normalidade” hegemônica ao desenvolvimento irregular e as histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos [...] interior das “racionalizações” da modernidade (1998, p. 239).

Na ótica posta por Bhabha é possível notar alinhamentos que dialogam tanto na crítica pós-colonial e decolonial, esse é ponto de centralidade na discussão posta, são reflexões que podem propiciar novos olhares na escrita e nas visões de mundo dos estudiosos no campo historiográfico, mesmo com classificações mais gerais.

Dessa maneira, entende-se que a pós-colonialidade é um lembrete das relações “neocoloniais” remanescentes, no qual a ótica pós-colonial – como são desenvolvidas por historiadores culturais e teóricos da literatura – abandona as tradições da sociologia do subdesenvolvimento e da teoria da “dependência” (BHABHA, 1998, p. 241), resistindo à busca

---

<sup>4</sup> “Há várias formas de domínio colonial, que variam de impérios extrativos do início da era moderna a estruturas complexas de construção informal de impérios nos dias atuais. A aplicação de um conceito homogeneizado de colonialismo arrisca nivelar a especificidade espacial e temporal de diferentes formas de regra, diferenças sociais e variedades de dinâmicas culturais” (tradução nossa).

<sup>5</sup> Importante evidenciar que, aqui, essa “classificação” serve como ponto de referência, não propondo um fechamento do pensamento e da subjetividade do autor.

de formas holísticas de explicação social, que é uma das críticas que a escrita da História recebe ao visualizar contribuições no sentido de reconhecer fronteiras emergentes que a impactam.

### “Silêncios”

Dadas as argumentações feitas, surge a necessidade da elaboração de estratégias que legitimem os discursos, como no caso dos grupos subalternizados (que não são homogêneos), ou do “subalterno” visto como o sujeito ou grupo que está excluído dos mercados e da representação política (SPIVAK, 2010), tal subalternidade não é apenas uma questão de classe, mas também está vinculada à colonialidade do poder e à formação do mundo colonial/moderno (BERNARDINO-COSTA, 2007). Torna-se evidente que as instituições de produção de conhecimento são, também, espaços de perpetuação ou problematização de tais pressupostos, visto que as narrativas da história são disputadas, escrevê-las é, assim, um ato de poder e de legitimação.

Isso não é algo dado, é um ato político, porque datas, memórias, lembranças e esquecimentos são parte de tradições seletivas perpetuadas no tempo por meio de escolhas, como em figuras que recebem tratamentos distintos ao longo da história. Assim, os nomes, os heróis e as figuras de prestígio, por exemplo, são símbolos de influência na imaginação coletiva e agem como instrumentos eficazes na legitimação política, lembrando da disparidade de representações, lembranças e discursos em figuras como Zumbi dos Palmares e Tiradentes, por exemplo.

Judith Butler (2015, p. 66) afirma que “o luto público está estreitamente relacionado à indignação, e a indignação diante da injustiça ou, na verdade, de uma perda irreparável possui um enorme potencial político [...]”. Dessa maneira, há sujeitos que estão em estado socialmente morto, já que as suas vidas ou mortes não tomam posição nos cânones e lembranças, ou podem tomar de modos controversos e mistificados.

Nesse sentido, não é possível lembrar o nome de todos os mortos em guerras, mas existem maneiras simbólicas de não esquecer um passado significativo, que sempre o é, apenas é representado de formas distintas. Assim sendo, o silêncio imposto aos vencidos e as “verdades” que emergem a partir disso surgem de um “apaziguamento” permeado por violências e silenciamentos.

### **América Latina, colonialidade e eurocentrismo**

Aníbal Quijano afirma que “[...] con América (Latina) el capitalismo se hace mundial, eurocentrado y la colonialidad y la modernidad se instalan, hasta hoy, como los ejes

constitutivos de este específico patrón de poder” (2007, p. 94).<sup>6</sup> Nesse sentido, novas identidades sociais surgem no entorno dessa colonialidade, nos quais as divisões geopolíticas e classificatórias do colonialismo se configuraram.

As relações que surgem e são permeadas pela dominação sob a hegemonia centrada na Europa, que depois passa a ser euroamericana,<sup>7</sup> é essa modernidade na qual se consolida o Brasil. A colonialidade do poder abarca, portanto, a colonialidade do saber (que abrange o âmbito epistêmico, como visto anteriormente), no qual é formada uma produção de conhecimento que também está aliada ao processo de expansão colonial.

[...] las experiencias, identidades y relaciones históricas de la colonialidad y de la distribución geocultural del poder capitalista mundial. Ese modo de conocimiento fue, por su carácter y por su origen eurocéntrico, denominado racional; fue impuesto y admitido en el conjunto del mundo capitalista como la única racionalidad válida y como emblema de la modernidad [...] (QUIJANO, 2007, p. 94).<sup>8</sup>

Nem mesmo os autores do “iluminismo mouro e judaico”, como afirma Boaventura de Souza Santos (1993, p. 34), são conhecidos ou reconhecidos, a colonialidade é pautada nesse processo, ao passo que é um “Iluminismo” sem o qual, ironicamente, a Renascença não seria possível. Assim, instaura-se uma nova era de fanatismo, racismo e centrocentrismo, a modernidade deixou que as múltiplas identidades e contextos fossem reduzidos, com as Ciências Sociais implicadas no processo.

Assim, demonstra-se que eurocentrismo não é a perspectiva apenas dos europeus, mas dos diversos grupos que tentam minar tais amarras, o que não significa abandonar o conhecimento institucionalizado, a modernidade em suas grandes narrativas e a razão, fomentando obscurantismos, o ponto é vê-lo de modo crítico e entendendo que outras possibilidades existem em consonâncias e coexistências, ou seja, que não há uma única história.

El mito del ancestro griego ha cumplido una función esencial en la construcción eurocéntrica. Se trata de un argumento emocional construido artificialmente para evitar la pregunta verdadera (¿por qué el capitalismo apareció en Europa antes que en otras partes?) sustituyéndolo en la panoplia de las falsas respuestas por la idea de que la herencia griega predisponía a la racionalidad. Según ese mito Grecia sería la madre de la filosofía racional, en

<sup>6</sup> “[...] com a América Latina, o capitalismo se torna global, eurocentrado e a colonialidade e a modernidade estão instaladas, até hoje, como eixos constituintes desse padrão específico de poder” (tradução nossa).

<sup>7</sup> Estados Unidos da América, que segue enquanto potência sobre após a 2ª Guerra mundial.

<sup>8</sup> “As experiências históricas, identidades e relações da colonialidade e a distribuição geocultural do poder capitalista mundial também foram formalmente naturalizadas. Esse modo de saber era, devido ao seu caráter e origem eurocêntrica, chamado racional, foi imposto e aceito em todo o mundo capitalista como a única racionalidade válida e como emblema da modernidade” (tradução nossa).

tanto que “el Oriente” jamás habría logrado superar la metafísica [...] (AMIN, 1989, p. 88).<sup>9</sup>

Stuart Hall (2003) observa que o eurocentrismo está vivo nos pressupostos e discursos da mídia e da cultura de massa, em que a história colonialista se recicla nos discursos públicos contemporâneos. O eurocentrismo está presente não apenas na visão cognitiva dos europeus, como referido, mas também no grupo dos que foram educados sob sua hegemonia (QUIJANO, 2007), naturaliza-se, portanto, a experiência nesse padrão de poder.

Constata-se que “El eurocentrismo encuentra su expresión prácticamente en todos los dominios del pensamiento social [...]”<sup>10</sup> (AMIN, 1989, p. 181) e está nas manifestações diárias, nas relações cotidianas, na política, nas opiniões, nas ciências e nas línguas acadêmicas, ou seja, também está na História, visto que implica uma teoria da história universal e um projeto político (ibidem, p. 75).

### **A escrita da História**

Tendo em mente o que foi exposto até aqui, surgem evidências da necessidade de um deslocamento epistemológico que possibilite tecer novos olhares para além do perfil hegemônico, eurocentrado e universalista (que pretendia se camuflar enquanto tal). Passa a ser notável que os processos de construções históricos e historiográficos na América Latina carregam a carga do processo de colonização (GALVÃO, 2017).

É importante deixar evidente ao que o texto se refere, ou seja, à História-discurso: o trabalho do historiador no relato do acontecer humano e que usa a narrativa para reconstruir o acontecimento; e à Historiografia: a história da história-discurso, as maneiras de se escrever o relato (SILVA, 2014, p. 178). Esse conjunto demonstra parâmetros que configuraram a visão de mundo dos sujeitos quanto ao passado-presente e que consolidam suas consciências históricas, o que é “legítimo”, o que fala e o que se aquieta, o mártir e o herói.

Ou seja, ambos os elementos, o trabalho do historiador na escrita da história e a história da história-escrita revelam a permanência de configurações epistêmicas que subalternizam sujeitos, formam ou silenciam identidades e projetam visões de mundo cerceadoras mesmo com experiências sociais diversas. Desse modo, discussões no âmbito decolonial e pós-colonial

---

<sup>9</sup> “O mito do ancestral grego desempenhou um papel essencial na construção eurocêntrica. Trata-se de um argumento emocional construído artificialmente para evitar a questão real (por que o capitalismo apareceu na Europa mais cedo do que em outros lugares?), substituindo-o na panóplia de respostas falsas pelas evidências de que a herança grega predispunha à racionalidade. De acordo esse mito a Grécia seria a mãe da filosofia racional, e “o Oriente” jamais teria conseguido superar a metafísica [...]” (tradução nossa).

<sup>10</sup> “O eurocentrismo encontra expressão em praticamente todos os domínios do pensamento social [...]” (tradução nossa)

evidenciam os aspectos cerceadores nas Ciências Sociais, na História, na linguagem, bem como nas humanidades mais amplamente.

O mundo dominado pela Europa forçou os sujeitos a se envolverem com as cosmologias e formas de interpretação europeias do passado, essas são as correntes teóricas, os autores e as interpretações que influenciam os colonizados. Nesses aspectos, pautadas sobre a lógica da unidade nacional e pela produção de apagamentos históricos, além de:

generalizações históricas e estáticas dos processos de divisão entre europeu e não-europeu, as identidades nacionais passaram a ser definidas não mais pelos europeus, porém por sujeitos da zona que estudaram e tiveram contato com formas e pensamentos europeus (GALVÃO, 2017, p. 77).

Said (2011) observa como o imperialismo influenciou a cultura, do romance do século XIX aos olhares do tempo recente no âmbito eurocentrado (AMIN, 1989), para a tese de Said a narrativa é o cerne do que é dito acerca do “Outro”, em tal raciocínio, surgem as posições de Bhabha (1998), em discursos do colonizador e que são usados pelos colonizados para afirmar a própria existência, como visto no trecho de Galvão (2017), os estudiosos colonizados passam a usar o arsenal alheio para se autodenominar e fazer descrições, surge a dependência e a subalternidade epistêmica, as quais serão esmiuçadas no fim deste tópico.

Em consonância a isso, a classificação e visão eurocêntrica contribui para a subalternização, no qual as representações surgidas servem para manter o subalternizado na mesma posição, transformada em “essência”. No período pós-colonial os sujeitos carregam noções de mundo adquiridas, bem como encaram rupturas, no entanto, a mudança de padrões e pontos de vista é gradual; ela dificilmente subverte ou suprime totalmente um ponto de vista aceito no passado (VEBLEN, 1980).

As narrativas convenientes surgem e são consolidadas por meio da força, como as ideias de nação, o conceito de tempo baseado na noção do progresso, as análises em que se privilegiava personagens com características adequadas ao momento, tudo isso possibilita relações de dominação e poder. Pois como forma de legitimação ou como uma outra maneira de escrita, o modo de escrever a história que se propõe dominante em um momento faz com que seus arautos tratem de caricaturar e desqualificar manifestações precedentes (SILVA, 2014).

O imperialismo do saber leva o indivíduo “a aceitar que não existem outras formas de pensamento, de teoria política e de política econômica, de ontologia [...]” (WALSH, 2006, p. 11) e impedem ou dificultam a discussão de temas fora do que é visto como legítimo. Entretanto, não se deve achar que só a Europa explica e influencia tudo e todos, dado que os



contextos também possuem seus fenômenos, entre histórias locais e projetos globais existem nuances e entrecruzamentos além das generalizações e categorizações superficiais, visto que a colonialidade do poder age, mas também se transforma.

The establishment of a universally conceived world history in the late nineteenth and early twentieth centuries should not, therefore, be explained as simply a result of intellectual transfers originating in Europe, as is so often the case. Even when historians and social thinkers outside of Europe resorted to clearly Eurocentric representations based on the categories of Enlightenment thought, these narratives were not mere copies, but were often in sync with the reform interests of their authors, and with their perspective on the realities of global change [...] (CONRAD, 2016, p. 29).<sup>11</sup>

A hegemonia da elite crioula latino-americana aderiu aos preceitos europeus, tais elites foram herdeiras do positivismo e de ideias de ordenamento epistêmico, da noção de progresso aliada ao continente europeu tendo em mente a perspectiva da modernização.

Assim, os “subdesenvolvidos” necessitam a todo custo alcançar os parâmetros do Outro, não é por menos uma burguesia que performa uma identidade que não possui, nem nunca poderá possuir, mas mimetizam hábitos e visões de mundo que foram estabelecidos como os “melhores” e “legítimos”. Por isso as histórias dos países colonizados são escritas dentro das problemáticas colocadas pela narrativa de transição e de constante tentativa de alcance, de parecer ser como o “Outro” que é idealizado em termos de desenvolvimento e modernização.

O efeito da mímica é a reprodução de uma imagem e a perpetuação da narrativa do colonizador, camuflando aquilo que realmente se é, a imitação repete, mas o sujeito também procura ser diferente ao estabelecer relações de dominação em seu microcosmo, mesmo estando dominado em uma outra instância, existe uma intersecção. Sendo assim, o colonizado imitador, que consequentemente reproduz uma relação de poder e se camufla, reproduz subalternizações.

A “[...] repetição da presença parcial, que é a base da mimica, articula essas perturbações da diferença cultural, racial e histórica que ameaçam a demanda narcísica da autoridade colonial [...]” (BHABHA, 1998, p. 134), de forma que existe, assim, uma relação dialética, na qual o colonizador não existe por si e para si, porque o colonizado também a cria e a legitima.

O discurso jurídico é um suporte da linguagem que permite descontextualizar e negar a subjetividade do outro, designando e avaliando à luz de critérios pretensamente universais

---

<sup>11</sup> “O estabelecimento de uma história mundial universalmente concebida no final do século XIX e no início do século XX não deve, portanto, ser explicado só como resultado de transferências intelectuais originárias da Europa, como é frequentemente o caso. Mesmo quando historiadores e pensadores sociais fora da Europa tenham recorrido a representações eurocêntricas baseadas nas categorias do pensamento iluminista; essas narrativas não eram meras cópias, mas estavam frequentemente sincronizadas com os interesses de reforma de seus autores e com sua perspectiva sobre as realidades da mudança global” (tradução nossa).

(SANTOS, 1991). Por conseguinte, as regras da lei delimitam o poder e há os sintomas dos efeitos da verdade que o poder produz e transmite, e que por sua vez reproduzem o poder.

Forma-se uma união entre poder, direito e verdade, dadas as assimetrias de poder, a narrativa eurocêntrica foi hegemônica, o que não significa que era a única alternativa ou que não estava recebendo críticas. Nesse domínio, a historiografia possibilita o confronto de discursos e histórias, em que os autores da teoria pós-colonial fornecem reflexões na dialética colonizador e colonizado, ao lembrar que:

[...] the making of such a Europe was not an act of Europeans alone. This Europe was, in the sense in which Lévi-Strauss once used the word, a founding “myth” for emancipatory thought and movements in India. Thinking about modernization, about liberalism, about socialism—that is to say, about various versions of modernity—assumed this Europe into existence. This was the Europe that was seen as the original home of the modern [...] (CHAKRABARTY, 2000, p. 14).<sup>12</sup>

As interpretações da história respondem às mudanças no equilíbrio geopolítico de poder, é assim que hoje são observados grupos subalternizados conquistando espaços hegemônicos de poder e reivindicando a legitimação de tais conquistas, já que o espaço nas narrativas, nas memórias públicas, na cultura histórica e em outros segmentos são de extrema importância enquanto reconhecimento representativo e da própria existência, isto é, em sujeitos que não existam de forma “socialmente morta”, porque quando se está alijado dos lugares e dos espaços, por exemplo, condena-se e naturaliza a subalternidade e posicionamentos no mundo.

Em muitas ex-colônias a criação da história nacional estava no topo da agenda, no qual os historiadores dessas nações usaram o passado europeu como um parâmetro para medir a história de seus países (CONRAD, 2016, p. 32). Em tal raciocínio, as análises de Achille Mbembe (2014) corroboram as alegações anteriores na perspectiva da colonização, ao afirmar que o potestado colonial se reproduz de várias maneiras:

Primeiro, inventando o colonizado: Foi o colono quem fez e continua a fazer o colonizado. Depois, ao esmagar esta invenção de inessencialidade, fazendo dela uma coisa, um animal, uma pessoa humana em perpétuo devir [...] o colonialismo compele o povo dominado a interrogar-se constantemente: na realidade, quem sou eu? (2014, p. 188).

Isto posto, desvenda-se que, com estes questionamentos de “quem sou eu? quem somos nós?” postos por Mbembe (2018), os líderes políticos e intelectuais, seja na descolonização

---

<sup>12</sup> “[...] a realização de tal Europa não era um ato só dos europeus. Esta Europa era, no sentido em que Lévi-Strauss usou a palavra, um “mito” fundador para pensamentos e movimentos emancipatórios na Índia. Pensando em modernização, liberalismo, socialismo - ou seja, sobre várias versões da modernidade – assumiu-se a existência dessa Europa. Isso foi a Europa que era vista como o lar original dos modernos [...]” (tradução nossa).

americana do século XIX ou africana e asiática do século XX, por exemplo, usaram a Europa para resolver debates sobre tensões decorrentes das desigualdades e opressões em diversos níveis, do nacional ao internacional e esperaram o “retorno europeu” na forma de “democracia”, “civilização burguesa” “cidadania”, “capital” e “socialismo”. Contudo o colonizador europeu do século XIX pregou um humanismo iluminista no colonizado e ao mesmo tempo o negou na prática, dado que a própria concessão põe em tensão a posição do colonizador.

Tais líderes procederam dedutivamente buscando evidências para padrões universais de desenvolvimento em abstrato, o papel da pesquisa empírica era ajustar a realidade a uma teoria *a priori*, as metanarrativas estruturadas como uma hierarquia de etapas e apontando para a Europa foi informada em muitas variações, nivelamentos e contextos.

Por consequência, essas situações levam aos anseios de compreensão dos processos sociais nas totalidades, deixando que a violência homogeneizadora comprima o “diferente” conceituado por processos homogeneizadores, criadores da ideia de raça na modernidade/colonialidade. Nesse sentido, o nascimento da raça está ligado à história do capitalismo (MBEMBE, 2009, p. 299), a invenção da “raça”, segundo Asad Haider (2019, p. 87), foi uma forma de controle social, enquanto que para Hall (2003), é uma construção política e social.

[...] Historicism enabled European domination of the world in the nineteenth century. Crudely, one might say that it was one important form that the ideology of progress or “development” took from the nineteenth century on. Historicism is what made modernity or capitalism look not simply global but rather as something that became global over time, by originating in one place (Europe) and then spreading outside it [...] different non-Western nationalisms would later produce local versions of the same narrative, replacing “Europe” by some locally constructed center. It was historicism that allowed Marx to say that the “country that is more developed industrially only shows, to the less developed, the image of its own future [...] (CHAKRABARTY, 2000, p. 7).<sup>13</sup>

Portanto, para Chakrabarty o termo “historicismo” tem uma história complexa, sendo aplicado aos escritos de vários estudiosos que são diferentes e até opostos entre si, como Hegel e Ranke, mas observa-se que:

as grandes narrativas do historicismo do século dezenove, em que se baseiam suas pretensões ao universalismo – o evolucionismo, o utilitarismo, o

---

<sup>13</sup> “O historicismo possibilitou a dominação europeia do mundo no século XIX. De maneira grosseira, pode-se dizer que essa foi um importante forma que a ideologia do progresso ou “desenvolvimento” assumiu a partir do século XIX. O historicismo é o que fez a modernidade ou o capitalismo parecer não apenas global, mas como algo que se tornou global ao longo do tempo, originando-se em um lugar (Europa) e depois se espalhando para fora dele [...] diferentes nacionalismos não ocidentais produziram versões posteriores da mesma narrativa, substituindo “Europa” por algum centro construído localmente”

evangelismo – também foram, em um outro/tempo textual e territorial, as tecnologias da governança colonial e imperialista. É o “racionalismo” dessas ideologias do progresso que vai sendo crescentemente erodido no encontro com a contingência da diferença cultural (BHABHA, 2006, p. 270-271).

Nesse sentido, os historiadores postularam o tempo histórico como uma medida da distância cultural entre os “Outros” e a Europa, estrutura-se o tempo histórico como “primeiro na Europa, depois em outros lugares”, espaços esses que mimetizariam a performance nos corpos, na episteme, na materialidade, na espiritualidade, etc., mas na medida em que a colonialidade do poder se assenta em dominações e classificações, os movimentos sociais identitários também são respostas e insurgências. Em tal perspectiva, a identidade em política pode ser crucial para a opção decolonial, porque sem a construção das teorias políticas e a organização de ações políticas fundamentadas:

em identidades que foram alocadas (por exemplo, não havia índios nos continentes americanos até a chegada dos espanhóis; e não havia negros até o começo do comércio massivo de escravos no Atlântico) por discursos imperiais (nas seis línguas da modernidade europeia – inglês, francês e alemão após o Iluminismo; e italiano, espanhol e português durante o Renascimento), pode não ser possível desnaturalizar a construção racial e imperial da identidade no mundo moderno em uma economia capitalista (MIGNOLO, 2006, p. 289).

Na noção de tentativa mimética de se igualar ao “Outro”, visualiza-se uma subalternidade epistêmica, como foi brevemente referenciada e dito que seria melhor esmiuçada, uma subalternidade no qual os intelectuais das nações que foram colonizadas sentem uma necessidade constante de fazer referência aos autores europeus, caso contrário, entendem que o trabalho pode ser deslegitimado ou inferiorizado.

Assim, mesmo pensadores que deram forma à natureza das Ciências Sociais e que produziram teorias que supostamente abarcariam a totalidade da humanidade, por exemplo, não recebem desconfianças ou suspeitas, ao contrário, é pensado, no ponto de vista do colonizado, que tais teorias, apesar do desconhecimento ao não ocidental, serão úteis para compreender as suas próprias sociedades e experiências.

[...] the models of the historian’s enterprise are always at least culturally “Euro pean.” “They” produce their work in relative ignorance of non-Western histories, and this does not seem to affect the quality of their work. This is a gesture, however, that “we” cannot return. We cannot even afford an equality or symmetry of ignorance at this level without taking the risk of appearing “old-fashioned” or “outdated” (CHAKRABART, 2000, p. 28).<sup>14</sup>

<sup>14</sup> “Eles’ produzem seus trabalhos em relativa ignorância das histórias não ocidentais, e isso parece não afetar a qualidade dos seus trabalhos. Esse gesto, contudo, não podemos retrucar. Não podemos nem mesmo sustentar a equidade ou simetria de ignorância nesse nível sem correr o risco de parecer ‘antiquado’ ou ‘fora de moda’” (tradução nossa).

Como evidencia Chakrabarty (2000), o movimento contrário por parte de grande parte dos intelectuais europeus não ocorre, e sendo europeus (ao menos culturalmente) os intelectuais mais respeitados, o círculo constante consolida essa estrutura nos cânones acadêmicos e, conseqüentemente, na influência social, dado que a academia é, ela mesma, um espaço de poder e de legitimação, porque se alguém cita e é respeitado por isso, é preciso imitar para não haver desrespeito.

### **Outras histórias?**

Até aqui é notável que as articulações e críticas ao viés totalizador, ao âmbito da subalternização epistêmica e de uma historiografia em posições historicistas ganham visibilidade por parte da crítica, mesmo sabendo que não é fácil e simples partir para o julgamento de configurações sociais que quase sempre se teve como absolutas.

Nessa direção, abrem o debate em torno de uma perspectiva crítica e decolonial que surge como parte da desconstrução historiográfica e histórica, o que tem ocorrido não apenas na linha da História, mas também na Educação mais amplamente, inclusive na Literatura, que nas observações de Regina Dalcastagnè (2012), trata-se de um território contestado, hoje mais do que nunca.

Essa ideia de contestação, por exemplo, pode ser vista em torno das outras áreas e vertentes do conhecimento, como é notável na História, na Educação, nas práticas pedagógicas, na didática, entre outros, que comportam disputas de narrativas e de inserções de elementos que, vistos pela ótica daquele que é subalternizado, encontrava-se silenciado, de tal sorte que novas vozes são ouvidas; todavia, ocupações e discursos geram conflitos, desconfortos e insurgências.

Mesmo com a abertura e as problematizações possibilitadas, como foi apontado no âmbito das referências hegemônicas, não significa que espaços, vozes e performances obtenham a mesma valorização. Desse modo, é preciso refletir sobre os critérios de valoração, em quais lugares surgem e como são mantidos (DALCASTAGNÈ, 2012), lembrando a referência feita aos espaços de produção de conhecimento como legitimadores de discursos, afetando a consciência social e a concomitante respeitabilidade e valoração, bem como a subalternização como contrapartida.

No Brasil, por exemplo, a professora e pesquisadora Vera Candau (2020, p. 680) afirma que o ponto de vista decolonial vai se afirmando com mais força, a autora parte de uma educação intercultural crítica e de perspectiva decolonial, no qual denomina por temas

insurgentes. Para a pesquisa, advoga-se que tais estudos contribuem em termos teóricos e metodológicos.

Foucault (1998) foi continuador da tradição nietzschiana, buscando um antecedente que o levará além, no que ele denominará contra-história, esse processo é subversivo no sentido em que transgride a continuidade anunciada pela história, enunciando uma nova forma de continuidade histórica no direito à rebelião:

[...] La contrahistoria, la genealogía en general, expone el modo en que las relaciones de poder activan las reglas del derecho mediante la producción de discursos de verdad. Esto es lo que los sociólogos llaman “legitimidad” y Foucault dispositivos de saber-poder y políticas de la verdad (FOUCAULT, 1998, p. 8).<sup>15</sup>

As práticas discursivas constituem forças cuja direção é modificável, no qual o conhecimento ocupa um campo estratégico e é um elemento variável, pois as táticas discursivas e de legitimação (saber-poder) são variáveis, em que surgem outras formas de análise histórica, de escrita e de interpretação. Assim sendo, em confronto surgiram e surgem abordagens comparativas e transnacionais que tomam as nações individuais como pontos de partida; bem como a teoria dos sistemas mundiais, que faz a suposição inversa; a história global; as múltiplas modernidades, que apresentam críticas à noção de que todos seguirão o programa da modernidade europeia; e os próprios estudos pós-coloniais que embasam este texto.

Com isso, nota-se uma diversidade que vai surgindo, sendo que a intenção do trabalho não é esmiuçá-las, mas citá-las lembrando que corroboram a noção de que, ao lado das reflexões trazidas no debate decolonial e pós-colonial, também vão sendo formuladas novas críticas que, em consonâncias ou em confrontos, também promovem outras visões de mundo e impactam o campo historiográfico.

São demandas e apostas propiciadas por conjunturas, movimentos sociais e processos delineados pela própria “pós-colonialidade” no sentido temporal, os quais também geram novos conflitos, consensos e formas de organização social.

O “pós-colonial” não sinaliza uma simples sucessão cronológica do tipo antes/depois. O movimento que vai da colonização aos tempos pós-coloniais não implica que os problemas do colonialismo foram resolvidos ou sucedidos por uma época livre de conflitos. Ao contrário, o “pós-colonial” marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra (HALL, 2003, p. 56).

---

<sup>15</sup> “A contra-história, a genealogia em geral, expõe a maneira como as relações de poder ativam as regras da lei através da produção de discursos da verdade. É o que os sociólogos chamam de “legitimidade” e Foucault dispositivos de saber-poder e políticas de verdade” (tradução nossa).

### **Imaginar a desconstrução de mitos**

Martin Bernal (1987) e Samir Amin (1989) demonstram que a entidade denominada “tradição intelectual europeia” e que remonta aos gregos antigos é, em suma, uma invenção da história europeia e que é relativamente recente, impulsionada sobretudo no século XIX com os movimentos românticos e o nacionalismo. A afirmação dos pensadores europeus da tradição ininterrupta seria, portanto, um mito construído e que é aliado ao eurocentrismo e aos preconceitos, ligado também ao que Said (2011) observou no âmbito do imperialismo e do orientalismo.

Tendo em mente os mitos envoltos nesses discursos, na gestação de ideias locais, que um dos já citados membros do coletivo *Subaltern Studies* (indiano), Dipesh Chakrabarty (2000), fala em “provincializar a Europa”, ou seja, evidenciar e descobrir como e em que sentido as ideias europeias que eram “universais” também eram, ao mesmo tempo, “particulares”, por serem extraídas de tradições intelectuais e históricas que não podem reivindicar validade universal em absoluto.

Para Hall (2003, p. 77), o universalismo pós-iluminista da cultura ocidental parece não menos significante historicamente, mas se torna menos universal. Walter Mignolo (2008, p. 290) revela um desvinculamento epistêmico que substitui a política de Estado do conhecimento e de seu fundamento na história imperial do Ocidente dos últimos cinco séculos, pela geopolítica e a política de Estado de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, de subjetividades negadas, o que possibilita refletir quanto ao paradigma do Ocidente como um fruto da dicotomia cartesiana.

Não é fomentada uma recusa para com a clareza e a ordem, apenas considera esses quesitos insuficientes, isso torna evidente que os desmembramentos aos preceitos universalizantes, da aspiração à totalidade hegeliana e ao dualismo cartesiano ganham sedimentação. Como põe Marc Bloch (2001, p. 68) se pede aos especialistas a lambança de que “[...] as investigações históricas não sofrem de autarquia. Isolado, nenhum deles jamais compreenderá nada senão pela metade [...]”, é nesse ponto que a aliança aos pressupostos e problematizações dos autores e conceitos vistos até aqui impulsionam questionamentos e ampliações teórico-metodológicas no campo da História.

Boaventura de Souza Santos afirma que se vive uma fase de revisão radical do paradigma epistemológico da ciência moderna, então é possível que seja o olhar que está mudando (SANTOS, 1993, p. 39). É impossível ignorar as contribuições do Ocidente para a história da humanidade, o que também significa uma reflexão crítica e que são dirigidas aos

estudos pós-coloniais por conta da influência da teoria crítica europeia nas análises e interpretações de mundo que trazem, o que não significa que essas teorias não possam ser utilizadas em outros contextos, ou seja, tanto a teoria crítica quanto a pós-colonial. Não obstante:

o que está em jogo quando se chama a teoria crítica de “ocidental”? Essa é, obviamente, uma designação de poder institucional e eurocentrismo ideológico [...] esta é uma manobra familiar do conhecimento teórico, onde, tendo-se aberto o abismo da diferença cultural, um mediador ou metáfora da alteridade deverá conter os efeitos da diferença. Para que seja institucionalmente eficiente como disciplina, deve-se garantir que o conhecimento da diferença cultural exclua o Outro (BHABHA, 1998, p. 59).

Observa-se que a construção de um discurso que distancia epistemes e as “diferenças”, por exemplo, serve para limitar e impedir apropriações de conhecimento, o que pode ser uma manobra que age excluindo o “Outro” da apropriação do conhecimento. É parte desta estratégia de contenção onde o “Outro” texto é o horizonte da diferença e nunca é o agente ativo da articulação (ibidem, p. 59), com isso Bhabha demonstra um engajamento diferente na política em torno da dominação cultural.

São várias as possibilidades surgidas pelas contribuições de autores que partem ou tentam partir de reflexões não hegemônicas. Entretanto, também surgem novos questionamentos que podem ser pensados e deixados aos leitores. A ausência de um acordo mínimo sobre o que constitui fato, evidência e “verdades” não fragmentaria o corpo político prejudicando o funcionamento social? Recomenda-se uma ideia pragmática de “verdades viáveis”, que seriam baseadas em um entendimento racional e compartilhado de fatos e evidências históricas (CHAKRABARTY, 2000, p. 99).

Observando a História enquanto conhecimento institucionalizado que invoca o Estado-nação no século XIX, nota-se sua permanência naquilo que o imperialismo europeu e os nacionalismos das áreas colonizadas alcançaram, isto é, a universalização do Estado-nação. A disciplina em sua forma autônoma está associada ao processo de formação dos estados-nação (SILVA, 2014). Assim, historiadores das periferias capitalistas reconhecerão esta “Europa” como o lar original dos “modernos”, voltando ao que foi esmiuçado anteriormente quanto aos pensadores europeus e não europeus e a legitimidade, isso leva ao questionamento quanto ao papel político e social dos intelectuais (SAID, 2011; SPIVAK, 2010) e abre espaço para discussões quanto aos seus impactos e suas tarefas em sociedade.

## Conclusão



Torna-se evidente que é os pensadores moldaram a natureza das Ciências Sociais com base em teorias que supostamente abrangeriam a totalidade da humanidade. Logo, surge a necessidade das reflexões quanto aos discursos universalizantes, buscando problematizar a tirania das narrativas totalizadoras hierárquicas e em que ainda existe a busca da genealogia dessas mesmas narrativas nos confrontos entre elas, os quais podem revelar as lutas pela memória.

Ao fim, a reflexão está longe de chegar ao fim e nem mesmo pretende fazer isso, dadas as inconstâncias e conflitos postos por elementos deixados ou criados pelas descolonizações, os debates pós-coloniais e decoloniais fomentam, para a História, uma ampla variedade de questionamentos (diásporas, identidades, performances: suas ações na escrita da história e na leitura dessa escrita) nos quais aqui foi posta a pretensão de ser mais um debate entre os já existentes e os que serão possíveis.

Assim sendo, é importante afirmar que, mais que uma narrativa histórica unívoca, é importante que tenhamos várias delas em suas intersecções, vozes e subjetividades, as quais permitam comparações críticas entre elas, ao saber que esse diálogo é o fruto de avanços possibilitados pelas insurgências dos agentes da História e que, portanto, fazem parte dela.

### Referências Bibliográficas

- AMIN, Samir. **El eurocentrismo**: crítica de una ideología. Mexico, Siglo Veintiuno Editores, 1989.
- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 11. Brasília, pp. 89-117, Maio - Agosto de 2013.
- BERNAL, Martin. **Black Athena**: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization, vol. I. Londres, Rutgers University Press, 1987.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Colonialidade do poder e subalternidade**: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Revista Brasileira do Caribe, vol. VII, núm. 14, pp. 311-345, enero-junio, 2007.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte, Editora: UFMG, 1998.
- BLOCH, Marc. Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? 1º ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CANDAU, Vera Maria. **Diferenças, educação intercultural e decolonialidade**: temas insurgentes. Rev. Espaço do Currículo (online), João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 678-686, dez., 2020.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical difference. Published by Princeton University Press, 41 William Street, Princeton, New Jersey, 2000.
- CONRAD, Sebastian. **What Is Global History?** Published by Princeton University Press, 41 William Street, Princeton, New Jersey, 2016.
- DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Vinhedo, Editora Horizonte, Rio de Janeiro, Editora da Uerj, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Genología del racismo**. La Plata, Argentina, Editora Altamira, 1998. p. 27.
- GALVÃO, Cauê A. **Ressignificação histórica e historiográfica na américa latina**: uma perspectiva decolonial da fundação do estado-nação e dos forjamentos das identidades nacionais na zona latino-americana. *Integración latinoamericana y caribeña: caminos, perspectivas y posibilidades*, Espirales, v. 1, n. 1., Dez. 2017.
- HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**: Raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Ed. Antígona, Lisboa, 2014.
- MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica**: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, p. 287-324, 2008.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: \_\_\_\_ **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira**. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo*, 5 (1-2): 31-52, 1993 (editado em nov. 1994).
- SILVA, Rogério F. da. **A história da historiografia e o desafio do giro linguístico**. *hist. historiogr.*, Ouro Preto, n. 17, abril, p. 377-395, 2015.
- SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- VEBLÉN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- WALSH, Catherine. **Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento** / Catherine Walsh: García Linera: Walter Mignolo - In ed. Buenos Aires: Del Signo. 2006.